

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT) -Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Representante



Titular

Ingrid Pereira Oliveira

Analista de Saúde na Atividade Educação em Saúde e Cuidado Terapêutico da Gerência de Saúde

Sesc/DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de outubro de 2021

A pauta discutida se dedicou a análise de processos universitários no campo da Saúde, conforme previsto na legislação quanto ao controle social a ser exercido e avaliação da pertinência do curso a ser oferecido a partir da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Dentre os pontos discutidos, destacam-se:

PPC alinhado às perspectivas do Sistema Único de Saúde (SUS);

Previsão de metodologias ativas quanto ao ensino e possibilidades de estágios que possibilitem vivências nas práticas a partir de cada curso;

Análise quanto às avaliações realizadas nos cursos, bem como se os estudantes possuem oportunidade para exercitar a interdisciplinaridade e multiprofissionalidade em sua formação;

Atualização das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular para planejamento dos cursos;

Análise nas divergências de qualificação e quantitativo de corpo docente para condução das disciplinas propostas;

Carga horária do curso e demais pontos a serem considerados em atendimento à legislação preconizada.

Conforme, alinhamento entre os integrantes da CIRHRT presentes, acordou-se que a próxima reunião será realizada na data 14/10/2021, período manhã, a confirmar pela Câmara Técnica da Comissão.

Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2021

A pauta discutida se dedicou a análise de processos universitários no campo da Saúde, conforme previsto na legislação quanto ao controle social a ser exercido e avaliação da pertinência do curso a ser oferecido a partir da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Dentre os pontos discutidos, destacam-se:

Projetos Pedagógicos de Cursos muito sucintos, sem esclarecimento quanto às atividades voltadas para a interação com a comunidade nas quais estão inseridas;

Análise quanto ao corpo docente previsto nos PPCs apresentados, conforme preconizado pela legislação;

Acesso pelos estudantes à prática atinente à formação dos cursos avaliados desde o início do curso, oportunizando uma formação que alie teoria e prática em sua trajetória;

Medidas de educação à distância implementadas nas formações e o quanto essa inclusão representa ganhos ou perdas na formação dos estudantes;

Alinhamento dos PPCs ao Sistema Único de Saúde (SUS).